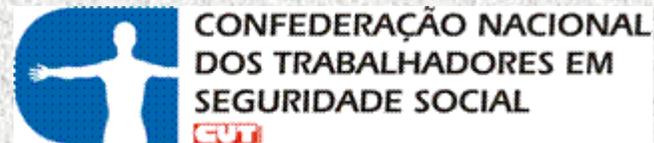


Saúde do Servidor como Direito: Conquistas e Desafios

III Encontro Nacional de Atenção à Saúde do Servidor

Maria Aparecida Godoi Faria

Presidente CNTSS/CUT



Desvalorização do Serviço Público

➡ Durante os anos 90, as relações de trabalho no tiveram a marca da precarização, consequência das políticas de Reforma do Estado (Estado mínimo), flexibilização e deregulamentação do trabalho.

Neste período há uma “**campanha sistemática de desvalorização**” dos serviços e do servidor público:

- Falta de perspectiva de carreira
- Baixos salários
- Terceirização, etc.

Além de todo desgaste desta desqualificação, há perdas de algumas medidas de proteção:

- Avaliação de condições de trabalho
- Exames periódicos
- Aposentadoria especial

Consequências à Saúde dos trabalhadores do setor público

- ❑ Servidores adoecem **9,5%** vezes mais do que trabalhadores do Regime Geral da Previdência Social (RGPS);
- ❑ **90,52%** dos servidores trabalham em ambientes insalubres;
- ❑ Os servidores do Executivo Federal sofrem **4,2 vezes mais** acidentes de trânsito do que os trabalhadores do RGPS;
- ❑ **66%** dos servidores relatam casos de estresse, sendo que **12%** dos afastamentos ocorrem por conta de doenças mentais;
- ❑ Taxa de aposentadoria por invalidez do servidor público do Executivo atingiu **28,4%** em 2005. Já no RGPS apresentou índice 12,4% menor;
- ❑ Idade média de aposentadoria precoce é de 14 anos antes do prazo normal.

Saúde do Trabalhador no Setor Público

Tal como o setor privado, a organização dos processos de trabalho e as condições de trabalho no setor público impõem aos servidores públicos uma série de situações de riscos, incômodos e sofrimentos, que ao longo do tempo geram desgaste e podem levar ao desenvolvimento de doenças.

- *Equipamentos inadequados; baixos salários*
- *movimentos repetitivos; sobrecarga física e mental*
- *a não participação no planejamento do trabalho*
- *desvalorização social e profissional*
- *pressão da população e de chefias autoritárias*

São algumas situações cotidianas que, somadas à instabilidade quanto aos rumos do serviço público, transformam o trabalho em algo penoso, quando poderia ser prazeroso, pois através dele viabilizamos não só nossa sobrevivência, mas a realização de potencialidades (capacidade de pensar, criar, fazer escolhas, etc)

Saúde dos trabalhadores do setor público

Os trabalhadores do setor público com contrato de trabalho regido pelo Estatuto do Funcionalismo, embora apresentem alta incidência de acidentes e doenças causados pelo trabalho, não aparecem nas estatísticas oficiais e não têm a proteção legal dos trabalhadores celetistas.

É preciso incorporá-los numa política unificada de saúde do trabalhador



Conceito de Saúde do Trabalhador

Nossa proposta é aprofundar um novo conceito de desenvolvimento e tendo por base a definição de saúde como “**direito de todos e dever do Estado**”, mesmo quando ela está diretamente relacionada com a organização do trabalho.

O 3º ENASS é um espaço privilegiado para debatermos e avançarmos rumo a **ambientes de trabalho menos nocivos e mais humanos**.



Saúde do Trabalhador

- ❑ Saúde do Trabalhador está relacionada à múltiplos fatores sociais, econômicos e culturais:
 - ❑ as relações de trabalho e a interferência do trabalhador no processo de trabalho;
 - ❑ as consequências das relações de trabalho na vida do trabalhador;
 - ❑ as condições de vida e relações familiares.

Saúde do Trabalhador

- ❑ Tratar de Saúde do Trabalhador não se restringe às doenças relacionadas ao trabalho, à garantia de atendimento nos serviços públicos e ao cumprimento das leis trabalhistas.
- ❑ Tratar de Saúde do Trabalhador também está relacionada à conquista de direitos fundamentais:
 - ❑ direito ao trabalho
 - ❑ direito à moradia
 - ❑ direito à educação
 - ❑ direito à cultura



Abrangência da Política de Ação

- A política de ação da Saúde do Trabalhador deve apresentar caráter:
 - Intra-setorial: envolve todos os níveis de atenção e esferas de governo
 - Intersetorial: envolve a Saúde, Previdência Social, Trabalho, Meio Ambiente, Justiça, Educação e demais setores ligados às políticas de desenvolvimento
- Esta concepção política exige uma abordagem interdisciplinar e a gestão participativa dos trabalhadores.

Política de Saúde do Trabalhador

- Deve apresentar interfaces com as políticas econômicas e estar relacionada às políticas de saúde, trabalho, previdência social e meio ambiente.
- Deve articular as organizações dos trabalhadores e demais organizações da sociedade civil.
- Deve garantir a participação e dar elementos para a promoção de condições de trabalho dignas, seguras e saudáveis para todos trabalhadores.

Pano de fundo: conceito de desenvolvimento

A base das discussões deve levar em conta que é preciso construir, difundir e conquistar a sociedade para a defesa de um conceito de desenvolvimento que seja economicamente sustentável (capaz de ocorrer de forma segura e permanente), mas também – e principalmente – **ambiental, humana e socialmente sustentável**, tendo como objetivo maior a felicidade das pessoas.

Novo Cenário

Novo Cenário

- ❑ A partir de 2003, um novo cenário no Brasil com o fortalecimento do Estado, propicia novas experiências que propõem a democratização das relações de trabalho no setor público federal e iniciam uma nova etapa, um processo que ainda está em construção:
 - ❑ Instituição do Sistema de Negociação Permanente na esfera federal;
 - ❑ Debate sobre resolução de conflitos e direito de greve;
 - ❑ Ratificação da Convenção 151 da OIT – Negociação no setor público.

Saúde do Trabalhador

- ❑ Neste contexto, a Saúde do Trabalhador ganha destaque na esfera federal, com a instituição:
 - ❑ SIASS - Subsistema Integrado de Atenção à Saúde do Servidor Público Federal
 - ❑ Comitê Gestor de Atenção à Saúde do Servidor, sob a coordenação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, com a participação dos ministérios da Saúde, Casa Civil, Previdência Social, Fazenda e Trabalho e Emprego.
- ❑ Trata-se de uma iniciativa importante e o início de um processo dinâmico, que necessita de permanente revisão.

Propostas em Saúde do Trabalhador

- ❑ **NOSS** - Norma Operacional de Saúde do Servidor Público Federal
 - ❑ É um avanço para iniciar a construção de princípios e diretrizes a serem implementadas para os servidores públicos das 3 esferas.
- ❑ **CISSP** – Comissão Interna de Saúde do Servidor Público
 - ❑ Desafio de construir uma organização além dos modelo de CIPA, avançando para uma organização no local de trabalho.

Considerações à NOSS

Base Legal

- ❑ A NOSS estabelece a aplicação de todas as legislações de saúde do trabalhador vigentes no país, inclusive as convenções da OIT ratificadas pelo Brasil.
 - ❑ É uma conquista importante, diante da controvérsia se a legislação se aplica para os servidores públicos.
 - ❑ Reconhece a igualdade de direitos conquistados pelos trabalhadores do setor privado.

Fonte: Estudo da Secretaria de Saúde do Trabalhador da CUT – junho/2010



Considerações à NOSS

Universalidade

- ❑ A NOSS propõe que a vigilância em saúde e a promoção da saúde do servidor devem contemplar a todos que trabalham nas instituições públicas federais.
- ❑ O enunciado da proposta de norma operacional se refere também à equidade, mas a redação proposta não aborda este tema. Aborda apenas a ideia de universalidade.

Fonte: Estudo da Secretaria de Saúde do Trabalhador da CUT – junho/2010

Considerações à NOSS

Participação dos Servidores

- ❑ O direito à participação não é só uma estratégia de valorização do saber, como colocado na NOSS, mas, sobretudo, de democratização das relações de trabalho.
- ❑ Tendo em vista que a NOSS deve se tornar uma referência para uma normatização mais geral é importante inserir abordagem da participação dos trabalhadores numa perspectiva política.

Fonte: Estudo da Secretaria de Saúde do Trabalhador da CUT – junho/2010



Considerações à NOSS

Formação e Capacitação

- ❑ A NOSS é mais focada na política de saúde do trabalhador, contudo são necessários ajustes.
- ❑ Considerando Informação e formação sobre as situações de risco no trabalho e respectivas formas de proteção são direitos assegurados na legislação vigente no país, deve ser compreendida como diretriz válida para o conjunto dos trabalhadores e não somente às áreas de vigilância e promoção de saúde.

Fonte: Estudo da Secretaria de Saúde do Trabalhador da CUT – junho/2010

Considerações à NOSS

Co-gestão

- ❑ A NOSS define co-gestão como o poder compartilhado entre os diferentes atores sociais que integram ou participam do processo.
- ❑ A co-gestão remete a um princípio democrático, porém se os papéis não estiverem muito bem delimitados, pode se transformar em uma armadilha para encobrir as responsabilidades do empregador com as condições de trabalho.
- ❑ O mais adequado seria ***gestão compartilhada***

Fonte: Estudo da Secretaria de Saúde do Trabalhador da CUT – junho/2010

Considerações à NOSS

Acesso à informação

- ❑ Estabelece que os órgãos devem promover o repasse de informações aos servidores, sobretudo aquelas referentes aos riscos e aos resultados de pesquisas relativos à saúde, privilegiando a implantação de canais de comunicação interna.
- ❑ Direito à informação é uma premissa básica do trabalho de prevenção. É importante que esteja explicitada.
- ❑ É interessante uma redação mais direta, que assegure o acesso à informação como direito, pois pode ser compreendida com uma “recomendação”, uma prerrogativa do gestor, de repassar as informações.

Fonte: Estudo da Secretaria de Saúde do Trabalhador da CUT – junho/2010

Considerações à NOSS

Embasamento epidemiológico

- ❑ Define que as informações epidemiológicas deverão subsidiar o planejamento, a operacionalização e a avaliação das ações de promoção e vigilância à saúde.
- ❑ É interessante constar como diretriz, mas é importante apontar mecanismos que assegurem a obtenção dos dados como, por exemplo, a padronização de sistemas de notificação.

Fonte: Estudo da Secretaria de Saúde do Trabalhador da CUT – junho/2010

Considerações à NOSS

Estrutura de um Sistema de Gestão em ST

- ❑ NOSS estabelece uma estrutura de gestão, com atribuições e competências dos atores envolvidos, a indicação de uma metodologia de trabalho e de fontes de financiamento.
- ❑ Considerando que no setor público as questões relacionadas com a saúde dos trabalhadores vêm sendo tratadas de forma imprecisa e fragmentada, sobretudo no que diz respeito às responsabilidades do Estado como empregador com a proteção e reparação de danos causados pelo trabalho, é fundamental a proposição de uma estrutura de gestão que assegure a incorporação da saúde do trabalhador como prática sistemática de gestão da produção e do trabalho.

Fonte: Estudo da Secretaria de Saúde do Trabalhador da CUT – junho/2010

Considerações à NOSS

A NOSS é um bom ponto de partida para conformação de uma proposta geral que estabelecesse compromisso de implementação para o todo o funcionalismo público federal e, ao mesmo tempo, paradigma para o conjunto do funcionalismo.

Fonte: Estudo da Secretaria de Saúde do Trabalhador da CUT – junho/2010

Controle Social no Local de Trabalho

É no local de trabalho que estão os riscos e acontecem os agravos à saúde do trabalhador.

Os espaços de controle social são um enorme avanço na sociedade brasileira.

Saúde do trabalhador é política pública específica e o local de trabalho deve ser espaço de participação democrática daqueles que são os maiores interessados e conhecedores dos problemas: os trabalhadores.



PRINCÍPIOS NORTEADORES DA OLT

- ❑ UNIVERSALIDADE DA POLÍTICA
- ❑ DEMOCRATIZAÇÃO DAS RELAÇÕES DE TRABALHO
- ❑ INTEGRALIDADE DA ATENÇÃO À SAÚDE DO TRABALHADOR
- ❑ INTERSETORIALIDADE
- ❑ HUMANIZAÇÃO DO TRABALHO EM SAÚDE
- ❑ NEGOCIAÇÃO DO TRABALHO EM SAÚDE
- ❑ VALORIZAÇÃO DOS TRABALHADORES
- ❑ EDUCAÇÃO PERMANENTE

Organização em Saúde do Trabalhador no Setor Público

- Estão em debate diversas propostas de organização dos servidores públicos federais em Saúde do Trabalhador:
 - **CISS** - Comissão Interna de Saúde do Servidor
 - **COMSAT** – Comissão de Saúde do Trabalhador (baseada na experiência dos servidores estaduais de São Paulo)
 - **COLSAT** – Comissão Local de Saúde do Trabalhador (em elaboração, no âmbito do Ministério da Saúde)

Comitê Nacional de Promoção da Saúde do Trabalhador do Sistema Único de Saúde

(Portaria Nº 2.871, de 19 de novembro de 2009)

Objetivo:

- ❑ Formular as Diretrizes da Política Nacional de Promoção da Saúde do Trabalhador do SUS pactuadas na Mesa Nacional de Negociação Permanente do SUS - MNNP-SUS
- ❑ Construir ações voltadas para a promoção da saúde do trabalhador do Sistema Único de Saúde - SUS

Estas diretrizes serão submetidas à aprovação na Comissão Intergestores Tripartite - CIT e no Conselho Nacional de Saúde – CNS e nortearão a promoção da saúde do trabalhador do SUS.



DESAFIOS - Articulação

Os 3 processos contém compatibilização de princípios e conceitos, porém não há articulação entre as propostas e isso causa fragilidade nas suas ações.

Desafios

- ❑ Promover processo de sensibilização dos gestores e dos servidores para um novo olhar em Saúde do Trabalhador;
- ❑ Ampliar estas diretrizes para as **3 esferas de governo**, que embora tenham sua autonomia, é necessário garantir que a Saúde do Trabalhador não fique à mercê da vontade política do gestor, tornando-se uma política de Estado.

Desafios

- ❑ Estabelecer relação e envolvimento entre os Ministérios:
 - ❑ **Ministério do Trabalho:** existem diversas Normas Reguladoras e, por vezes, não dialogam com a realidade do mundo do trabalho;
 - ❑ **Ministério da Educação:** construir a formação de educadores para uma visão mais abrangente em Saúde do Trabalhador, enquanto direito à cidadania.

Desafio perante a nossa realidade

Na administração pública há setores, comissões ou mesmo grupos de pessoas que se preocupam e até atuam buscando a melhoria das relações e do local de trabalho, porém de forma “**individualizada**”.

É fundamental que todas as iniciativas tenham repercussão efetiva na administração pública.

Articulação no Local de Trabalho

O funcionamento efetivo da **Comissão da Melhoria a Qualidade de Vida** é fundamental para articular as diversas propostas das áreas existentes para melhoria da qualidade de vida e do ambiente profissional, introduzindo:

- ❑ práticas relacionadas à humanização
- ❑ controle de ambientes agressivos
- ❑ prevenção de acidentes de trabalho e doenças profissionais
- ❑ capacitação, treinamento e outras práticas de **melhoria das relações e nos processos de trabalho.**

Desafios para romper com entrave

Romper com a cultura e os preconceitos presentes no mundo do trabalho, em que se dá extrema importância à hierarquia em detrimento da **construção coletiva**, que respeita os conhecimentos de cada um dos envolvidos, cada qual com sua contribuição a ser valorizada.



Desafios - Mudança de conceitos

Implantar, de fato, a **parceria** nos locais de trabalho, através da construção coletiva dos espaços de negociação, valorizando a contribuição dos trabalhadores e seu conhecimento do processo de trabalho.

Intensificar o **diálogo** e a **ação** entre os diversos setores que cuidam da qualidade de vida no trabalho, com objetivo comum da melhoria do ambiente de trabalho.

Muito Obrigada!

Maria Aparecida Godoi Faria

Presidente CNTSS/CUT

diretoria@cntsscut.org.br

www.cntsscut.org.br

